

GOVERNO ENSAIA NOVAS FORMAS DE DESPEDIMENTO!

Concursos aos funcionários concursados para lhes bater com a porta!

Parece impossível mas é verdade. Os funcionários da Administração Pública que, no futuro, vierem a ser alvo de colocações num regime de supranumerários, para voltarem a integrar um Serviço Público, **poderão ter de se sujeitar a um concurso !**

E isto quando entraram para a Administração Pública por concurso, foram promovidos por concurso e a única coisa para que não terão de fazer concursos será quando colocados perante a opção de serem postos nos excedentes. **Aí será por decisão de dirigentes que os considerem numericamente a mais!...**

Neste caso, **o retorno desses funcionários por concurso equivale a mais uma penalização**, que já por si a colocação num quadro de excedentes representará.

É mais uma humilhação com que se pretende jugular os trabalhadores da Administração Pública. **O que é preciso mais para se perceber a selecção do que está em marcha? Alguém fica com dúvidas?**

Quem é que pode continuar a afirmar, **sem corar de vergonha**, que o que está em causa é a redução "necessária" do número de trabalhadores ?

O propósito é outro: Desmantelar a Administração Pública e substituindo os actuais trabalhadores por outros mais convenientes...

É que o Governo **não divulgou até agora quaisquer estatísticas** relativas ao número de trabalhadores, por serviço ou por carreira; **não publicou o resultado de quaisquer auditorias** que aconselhassem a tomar tais medidas.

O que pretende ser feito é apenas a olho, sem justificação prática, sem estudos prévios, apenas para legitimar essas acções de desmantelamento acompanhadas de cenários com poeira para os olhos.

Os especialistas sabem que a Administração Pública Portuguesa não tem trabalhadores a mais. Mas, porque se calam? Porque não vêm a público contestar este percurso lamentável do Governo? Será que algo de muito grave, para a expressão da sua opinião, as apoquentas?

É que, o que está de facto em marcha, como a escolha , pelos dirigentes, dos que ficam e dos que são lançados num regime de supranumerários, com “apertada” selecção dos que podem voltar a trabalhar, é o caminho para uma partidarização imparável.

O Governo justifica este caminho pela necessidade de cortar na despesa. Mas isso é mentira!...

O que se antevê é, bem pelo contrário (!), o aumento da despesa. É que há já diversas empresas à espera do dinheiro que vão arrecadar, à custa do dinheiro que vão cobrar pelos serviços como

resultado da sua entrada em cena ao abrigo de um processo de modernização que não existe.

É que vão poder pagar menos aos trabalhadores, utilizar trabalhadores precários e, assim, rentabilizar os seus ganhos. É só fazer contas!

Como se vê, a maioria perde mais, mas há alguns que vão ganhar muito mais.

É assim que o Senhor Ministro das Finanças vem dizer, do alto das suas funções, que o Governo não despede nem faz rescisões amigáveis. Para quê?

É que o Governo, que não assume os seus intentos porque não tem coragem para tal, coloca a si próprio a faca e o queijo na mão, mediante os instrumentos conhecidos para reduzir as remunerações a 60%. Assim para quê negociar? Dúvidas para quê? É mais um Governo Português que trata os funcionários públicos da forma indigna que se vê.

LISBOA, 2006-06-08

A DIRECÇÃO